



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na sequência de vários pedidos de informação tem-se por útil esclarecer o seguinte:

- Entre 21 e 27 do presente mês decorreu, na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, o VI Encontro de Procuradores-Gerais da República da C.P.L.P. (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), tendo Portugal acompanhado os trabalhos através do seu Procurador-Geral da República e de uma equipa composta por mais três magistrados do Ministério Público.
- Durante aquela estada, foi recebida na Procuradoria-Geral da República uma carta oriunda da Presidência da República dando conhecimento de um texto publicado na imprensa diária contendo declarações pertinentes ao Senhor Dr. Jorge Sampaio, actual Presidente da República.

Tal expediente foi oportunamente encaminhado para o D.I.A.P. (Departamento de Investigação e Acção Penal) de Lisboa.

- Sem prejuízo do acompanhamento hierárquico que se mostrar justificado, e que a lei prevê, o procedimento apontado responde ao facto de, numa primeira abordagem, não ser de excluir a indiciação de matéria de crime e de, consoante o tipo de ilícito que estiver em causa, poder haver necessidade de queixa do ofendido com vista a ulterior procedimento.
- A efectivação desse procedimento só pode ter lugar em processo de inquérito da competência do D.I. A.P. de Lisboa, obedecendo a critérios de legalidade estrita.
- O crime de violação de segredo de justiça, como resulta do artigo 371º do Código Penal, assenta na divulgação ilegítima do teor de acto processual que esteja coberto pelo segredo de justiça ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral.

A divulgação em causa não será ilegítima se for feita ao abrigo do nº9 do artigo 86º do Código de Processo Penal. No entanto, no caso a que nos vimos referindo, nenhum destes normativos é de chamar à colação até por não haver qualquer acto de processo praticado até ao momento.

Lisboa, 28 de Novembro de 2000

A Assessora de Imprensa

Sara Pina